Comentários

LEITE

O RISCO NA PRODUÇÃO LEITEIRA.

A produção leiteira, ainda que em menor grau que outras atividades agropecuárias, também é afetada por condições climáticas desfavoráveis. Enquanto a seca diminui o potencial nutritivo das pastagens, chuvas excessivas podem tornar instransitáveis as estradas vicinais por onde é escoada boa parte da produção e reduzir a oferta de leite para os consumidores. Situação agravada pelo fato de ser o produto altamente perecível e o armazenamento a nível de propriedade bastante oneroso. Em Minas Gerais, por exemplo, as enchentes que inundaram parte do estado estão diminuindo o volume de leite recebido pelas usinas.

A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO

A complicar o problema do abastecimento de leite, há, ainda, a marcante sazonalidade da produção, exigindo que se concentre o processamento da matéria-prima na primeira metade do ano, a fim de formar estoques para a entressafra. Uma das maneiras de superar essa dificuldade, é a adoção de uma tecnologia apropriada no período de entressafra, principalmente o arraçoamento dos animais, fazendo com que a produção leiteira se distribua melhor ao longo do ano. No Brasil, optou-se, até aqui, pela estocagem do excedente de safra, em detrimento da difusão das técnicas de alimentação na entressafra, embora esse segundo sistema pudesse contribuir para um melhor aproveitamento da capacidade de beneficiamento das indústrias.

A REMUNERAÇÃO DO PRODUTOR

Para que se tenha uma idéia clara das conseqüências de cada uma das opções mencionadas acima sobre a remuneração do produtor rural, é bom distinguir a estocagem cuja finalidade é a regularização do abastecimento ao longo do ano, daquela que visa à formação de reservas estratégicas (o "carry-over") destinadas a serem comercializadas apenas quando a oferta se reduz de forma drástica e inesperada. É a estocagem do primeiro tipo que pode ser substituída, com vantagem, por técnicas de alimentação mais adequadas durante a entressafra.

No sistema atual, o poder de negociação dos produtores na época de safra é relativamente pequeno pois, como já foi assinalado, o produto é altamente perecível e a sua estocagem, a nível do estabelecimento rural, excessivamente cara. As usinas, em conseqüência, pagam o preço da tabela apenas para um volume de leite equivalente à produção média da entressafra e compram o restante a preço inferior. Na safra de 1978, por exemplo, o valor médio pago pelo leite entregue além da quota foi de Cr$ 2,98, abaixo, portanto, do preço de tabela (Cr$ 3,80 até julho e Cr$ 4,16 daquele mês em diante). Essa situação é agravada pelo alto grau de concentração industrial que existe no processamento de leite em pó e pela dificuldade de um controle físico dos estoques por parte do governo; este, agindo apenas como financiador, deixa ampla liberdade às indústrias na sua política de estocagem. Nestas condições, a constituição de estoques acaba sendo feita às custas da

remuneração do produtor. Na entressafra, por outro lado, o pó reidratado diminui a demanda ao nível do estabelecimento rural e a falta de mercado desestimula os pecuaristas e constitui empecilho adicional ao desenvolvimento de técnicas de alimentação do rebanho na seca.

FUGIR AO CÍRCULO VICIOSO

Para fugir a esse círculo vicioso, seria preciso incentivar a difusão e a redução dos custos das técnicas de arraçoamento mais indicadas para o período de entressafra. Isso teria a vantagem de diminuir as flutuações da renda do pecuarista durante o ano e de acarretar uma melhor utilização da mão-de-obra nos estabelecimentos rurais. Um outro benefício seria a redução dos riscos inerentes à atividade leiteira que adviria da distribuição mais uniforme da produção ao longo do tempo. As inundações que afetaram alguns dos principais produtores do país servem para ilustrar esse último argumento. Ainda que as enchentes em Minas Gerais não representem uma ameaça imediata para o abastecimento de leite pasteurizado, elas podem acabar comprometendo a estocagem para o período de entressafra.

MILHO

A ESTIAGEM E AS IMPORTAÇÕES

Neste ano, a quase que repetição do prolongado período de estiagem que assolou os campos do Centro-Sul em 1978 traz à tona a necessidade de aproveitar, desde já, a experiência adquirida no passado, para adequar os mecanismos de política agrícola à solução dos problemas crônicos ligados ao abastecimento dos produtos predominantemente de consumo interno.

O caso do milho bem ilustra tal premência. De uma posição de exportador eventual (ao redor de 2% do comércio mundial no período 1974-77) o Brasil, ano passado, passou a fazer parte do rol dos países importadores do cereal. Assim, para a aquisição de 1,5 milhão de t foram dispendidos cerca de US$ 200 milhões que, adicionados ao montante de subsídios (Cr$ 66/sc 60 kg) destinados à comercialização do produto importado ao nível do tabelamento, representam um gasto total de aproximadamente US$ 280 milhões. Pode-se considerar uma parcela desse dispêndio como desperdício de recursos, na medida em que a causa da frustração da safra passada não derivou tão somente das adversidades do clima.